

ICP
Brasil

cultura. O relatório detalha as técnicas de caça, como o uso de armadilhas e a espera em "barreiros" (loais onde animais como porcos-do-mato e antas se alimentam). As espécies mais caçadas incluem a anta, o porco-do-mato, o veado, a paca e diversas aves. A carne desses animais complementa a dieta e é um importante elemento social, partilhada em festas e ocasiões especiais. A pesca é uma das atividades mais praticadas, especialmente durante a estação seca, quando o nível dos rios baixa. O relatório lista uma variedade impressionante de espécies de peixes capturadas, como pirarucu, tambaqui, jaraqui, pacu e matrinxã. As técnicas de pesca incluem o uso de anzol, arpão e a construção de "currais" de pesca. A pesca não é apenas uma atividade de subsistência, mas também um momento de convivência e aprendizado. A divisão do trabalho é complementar e baseada em gênero e idade. Os homens são responsáveis pela caça, pesca e derrubada da mata para as roças, enquanto as mulheres se dedicam ao preparo da farinha, à coleta de frutos, ao cuidado com as crianças e à horta. Essa divisão não é rígida, mas sim fluida, com a colaboração mútua em diversas tarefas. A socialização das crianças é um processo gradual, no qual elas aprendem as habilidades e os conhecimentos necessários para a vida adulta observando e participando das atividades dos mais velhos.

IV - MEIO AMBIENTE

O relatório fornece uma análise detalhada do contexto socioambiental da região do Médio Purus, destacando o profundo conhecimento etnoambiental dos Apurinã. A vida e as atividades produtivas do povo Apurinã são intrinsecamente ligadas aos dois principais ciclos sazonais da região: o inverno (período de chuvas e cheias) e o verão (período de seca). O inverno, que se estende de novembro a abril, é caracterizado pelas cheias dos rios, que inundam as matas e criam "terras ilhadas". Este é o período da abundância de frutas e da coleta de castanhas, que caem das árvores e podem ser facilmente encontradas. A caça também se intensifica neste período, pois os animais se concentram nas áreas de terra firme. O verão, de maio a outubro, é a estação da seca. O nível dos rios baixa, revelando extensas praias e bancos de areia. Este é o período ideal para a pesca, que é facilitada pela menor profundidade da água. As praias também são usadas para o plantio de culturas de ciclo curto. O verão é o tempo de derrubada e queima de roças, em preparação para o próximo ciclo de plantio. O conhecimento Apurinã sobre o ambiente vai além da simples adaptação. Eles manejam ativamente os ecossistemas, criando paisagens culturais que são essenciais para sua subsistência. O relatório descreve o manejo de castanhais, que são considerados um patrimônio cultural e econômico. As roças, apesar de serem temporárias, são manejadas de forma a garantir a fertilidade e a diversidade, com a rotação de culturas e a coexistência de espécies nativas e cultivadas. Os quintais das casas, onde são cultivadas plantas medicinais e alimentícias, também são um exemplo de como o ambiente é moldado para atender às necessidades da comunidade. A área proposta como imprescindível em termos ambientais se baseia na identificação dos ambientes e áreas de usos apontadas pelos Apurinã durante os etnomapeamentos - a descrição de sua importância histórica, utilitária e simbólica - e na sustentabilidade socioambiental do território. As aldeias Santa Vitória e Sãoão se encontram localizadas nas áreas de várzea, na planície da própria calha do Purus, estando a primeira nos barrancos do leito do Purus e a segunda um pouco mais adentro da planície, em várzeas de rios tributários próximos a ele, nas imediações do lago Sãoão. As outras aldeias e comunidades estão distribuídas nas calhas do Seruini e do Tumiã. A interiorização das comunidades nesses dois igarapés, que têm suas cabeceiras a sudoeste, atravessando longitudinalmente a TIIP em seu sentido leste-oeste, permite que haja uma ocupação e uso intensivo de grande parte do território. Isso pode ser constatado também na grande quantidade de capoeiras, igarapés, barreiros e recursos de coleta e extrativismo mapeados mentalmente em toda a área estudada. Foram registradas em campo várias moradias antigas, que indicam uma ocupação de longa data, e também a mobilidade das famílias pelo território, característica desse povo, ocupando distintos lugares ao longo do tempo, seja lugares novos ou antigas aldeias abandonadas por algum motivo (morte de parentes, feitiço, ameaças e ocupação não indígena, etc), como registaram as muitas histórias de vida de famílias coletadas durante o trabalho do GT. Todo esse espaço é amplamente acessado e utilizado pelas aldeias e são indispensáveis para a sobrevivência desse povo, física e culturalmente. Nesse sentido, do ponto de vista dos ambientes e do uso agroextrativista ficou evidenciado um uso da quase totalidade do território. Nessas áreas, no raio mais próximo das aldeias, encontram-se os roçados Apurinã e também se iniciam os castanhais, que, no entanto, se estendem por imensas áreas, como é o caso dos castanhais no Tumiã e no Seruini. As regiões de fronteira, principalmente no limite norte, onde está a calha do Purus, são as regiões com maiores riscos ambientais (desmatamento, fazenda de gado, corte ilegal de madeira, sobrepesca), já que aí se encontra a maior parte da ocupação não indígena. Por outro lado, todo o território ao sul está bastante preservado, formando uma grande extensão de floresta contínua, acompanhando as cabeceiras dos rios. No que tange à questão ambiental, esse território a sul constitui-se como local primordial para a manutenção da qualidade e quantidade da biodiversidade ecológica no território, possuindo um tamanho e diversidade de habitats suficientemente grandes para resguardar o patrimônio ecológico da área. Portanto, as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar social, econômico e cultural do grupo indígena teriam a dimensão da própria Terra Indígena em sua totalidade. As ameaças que afetam a TIIP, do ponto de vista ambiental, são principalmente o desmatamento e a degradação causados pela expansão da agropecuária e pelo avanço de madeireiros e grileiros. A demarcação da terra é uma medida de proteção do meio ambiente, uma vez que as terras indígenas funcionam como verdadeiros bolsões de conservação, ajudando a conter o avanço da fronteira do desmatamento na Amazônia.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A reprodução física e cultural do povo Apurinã é um processo complexo e contínuo, que envolve a manutenção de suas tradições, língua, sistemas de parentesco e cosmologia. O relatório dedica uma seção detalhada a esses aspectos, mostrando como eles se interligam para garantir a identidade e a coesão do grupo. A organização social é baseada em um sistema de parentesco que estrutura as relações familiares e comunitárias. As famílias são a unidade básica, e a comunidade se organiza em torno de redes de parentes. A organização política é liderada por caciques e líderes que desempenham um papel crucial na tomada de decisões, na mediação de conflitos e na representação da comunidade. A cosmologia Apurinã é rica e complexa, baseada em uma visão de mundo onde o natural e o sobrenatural se misturam. O xamanismo desempenha um papel central, com pajés que atuam como intermediários entre o mundo físico e espiritual, curando doenças e mantendo o equilíbrio da comunidade. A medicina tradicional, baseada no conhecimento de plantas e rituais, é valorizada e praticada. O relatório descreve a importância de locais sagrados, como cemitérios e outros sítios simbólicos, que são fundamentais para a memória e a identidade do povo. A língua Apurinã, pertencente à família Aruak, é um dos pilares da cultura do grupo. A transmissão da língua de geração em geração é essencial para a manutenção das tradições orais, como as histórias de origem, mitos e lendas. A história da origem da mandioca, por exemplo, é um mito central que explica a relação do povo Apurinã com a terra e com seus principais alimentos. As festas e rituais, como o Xingané, são momentos de celebração, união e reafirmação cultural. Eles servem para fortalecer os laços comunitários, transmitir conhecimentos e manter viva a memória ancestral. O relatório destaca a importância desses eventos para a reprodução da cultura e a resistência às pressões externas.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

A área em estudo está localizada no estado do Amazonas, abrangendo uma área de aproximadamente 176.727 hectares, distribuída entre os municípios de Lábrea (73,1%) e Pauini (26,9%), ambos situados na região sudeste do estado. O RCID documenta a presença de não-indígenas na área, principalmente seringueiros, castanheiros e fazendeiros, que se estabeleceram na região ao longo do século XX. Os conflitos por terra e recursos são uma constante na história recente dos Apurinã. O relatório descreve casos de violência, ameaças e apropriação de territórios tradicionais. A exploração da castanha, em particular, foi uma fonte de tensão, com relatos de um sistema análogo à escravidão em algumas áreas, onde os Apurinã eram forçados a trabalhar em condições análogas à escravidão. O levantamento de ocupantes não-indígenas é detalhado e inclui um censo e a identificação de suas atividades. A área em estudo apresenta sobreposição de diferentes categorias fundiárias. Destaca-se a incidência da Reserva Extrativista (Resex) Médio Purus, além de imóveis rurais particulares registrados no Sigef, SNCI e Sicar, que totalizam dezenas de milhares de hectares sobrepostos, incluindo casos de duplicidade. A

Resex Médio Purus foi criada em 2008 e possui área total de aproximadamente 604.209 hectares, dos quais 138.673 hectares (22,95%) se sobrepõem à área em estudo. Além disso, foram identificados 5 imóveis rurais do Sigef com 22.468,80 hectares incidindo diretamente sobre a área em estudo, os quais apresentam um único titular. O levantamento no Sicar identificou 27 imóveis rurais cadastrados incidentes total ou parcialmente sobre a área em estudo. A grande maioria encontra-se pendente de validação, com destaque para 21 cadastros aguardando análise e 6 analisados, mas ainda com notificações em aberto. O levantamento em campo identificou 23 ocupantes não indígenas, dos quais 20 são de moradores da Resex, distribuídos em dois perfis principais: núcleos familiares residentes de longa duração, voltados à agricultura e ao extrativismo da castanha; e ocupações sazonais ou provisórias, ligadas ao extrativismo e, isoladamente, à pecuária. A análise dessa sobreposição da Resex é crucial para a gestão territorial e para a garantia dos direitos de ambos os grupos. O quadro de ocupantes não indígenas apresentado não é exaustivo. Os nomes relacionados, portanto, não implicam prejuízo de qualquer particular que, eventualmente, tenha interesse em oferecer, na forma da Lei, contestação administrativa ao processo demarcatório.

Nº DE ORDEM	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	LOCALIDADE
01	Antônio Cícero Bento Crispim	não denominado	Santa Cruz
02	Antônio Ferreira Mesquita	não denominado	São Sebastião
03	Cosmo dos Santos Ferreira	não denominado	São Sebastião
04	Francisco Vicente de Souza	não denominado	São Sebastião
05	Antônio Lúcio Barreto	não denominado	São Sebastião
06	Vilela Lúcio	não denominado	São Sebastião
07	Ailton Souza Mesquita	não denominado	São Sebastião
08	Antônio Carlos Ferreira de Souza	não denominado	São Sebastião
09	Antônio Fábio Lima de Souza	não denominado	São Sebastião
10	Antônio Costa Coelho	não denominado	Santa Quitéria
11	Francisco Costa Coelho	não denominado	Santa Quitéria
12	José Renato Ferreira de Souza	não denominado	Santa Quitéria
13	Norberto Mesquita Ferreira	não denominado	Santa Quitéria
14	Edizonei Costa Coelho	não denominado	Santa Quitéria
15	Jhoy Lima da Costa	não denominado	Cabeceiras do lg. Tiburiã
16	Francisco Lacerda De Azevedo	não denominado	Santa Cruz
17	Leopoldo Gadelha	não denominado	Lusitânia
18	Antônio dos Santos Melo de Andrade	Colocação Reforma	Reforma
19	Antonio Cosmo Ferreira De Souza	não denominado	São Sebastião
20	Jesus Dos Santos Ferreira	não denominado	São Sebastião
21	Nonato Gabriel Dos Santos	não denominado	São Sebastião
22	Antonio Erliton Damasceno Cardoso	não denominado	Santa Quitéria
23	Manoel Souza Coelho	não denominado	Santa Quitéria
24	Oscar da Costa Gadelha	Seringal Floresta	-
25	Oscar da Costa Gadelha	Seringal Iracema	-
26	Oscar da Costa Gadelha	Seringal Novo Intento	-
27	Oscar da Costa Gadelha	Seringal Timbauba	-
28	Oscar da Costa Gadelha	Seringal Santa Cruz	-
29	Manasa Madeireira Nacional SA	Caçaduá/Guajarahã	-
30	Adriano Veiga dos Santos	Colônia Veiga	-
31	Afonso Ferreira do Nascimento Junior	Colônia 03 Irmãos	-
32	Antonio Meires Araujo Venancio	Fazenda Vovó Tidinha	-
33	Antônio André Vieira Santos	Colônia Santo Agostinho	-
34	Antonio Jorge Lima Da Silva	JI Silva	-
35	Antonio Lima de Albuquerque	Colônia PAI Moises	-
36	Antonio Raimundo de Lima Ybarra	Colônia Buritizal	-
37	Clelson Albuquerque de Araujo	Colônia Evelyn	-
38	Edivaldo de Souza Araújo	Colônia Capaã-01	-
39	Edoel Jose Ferreira Alves	Seringal São Luiz do Mamoriá 1,2 e Luzitania	-
40	Elielson de Souza Araujo	Colônia Capaã-02	-
41	Eudo Matias da Silva	Colônia Luan	-
42	Francinaldo Alves Dias	Colônia Três Irmãos	-
43	Francisca Lima Da Silva	Fazenda 02-Irmãos	-
44	Guimberson Soares de Araújo	Colônia Boa União	-
45	Icofrás Indústria e Comércio de Óleo Sassafrás Ltda	Seringal Seruri - Mat. 013	-
46	Jhones Lima da Costa	Colonia Macurinã	-
47	Jhoy Lima Da Costa	Colonia Macurinã II	-
48	Kessio Albuquerque Araujo	Colônia Macurinã	-
49	Manasa Madeireira Nacional SA	Imóvel Caçaduá e Guajarahã	-
50	Manoel Alves de Souza	Colônia São Francisco	-
51	Marinete Gabriel de Souza	Colônia São João	-
52	Olivaldo de Souza Araújo	Colônia Maria Elena	-
53	Pedro Junior Lima da Silva	Fazenda Constantino II	-
54	Raimundo Araujo Da Silva	Fazenda Vovo Dorlaia II	-
55	Raimundo Nonato de Lima Araújo	Colônia Bom Destino	-
56	Werner Henrich Schutte	Seringal Seruri - Mat. 013	-
57	-	RESEX Médio Purus	-

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A ocupação tradicional do povo Apurinã na TIIP é antiga e duradoura. Atualmente, a população da terra indígena é de aproximadamente 500 pessoas, dividindo-se em 11 aldeias. De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, é dever da União demarcar e proteger as terras indígenas, propiciando as condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas, além de preservar a diversidade cultural brasileira. A TIIP está localizada no sul do estado do Amazonas, na região do alto Purus, entre as cidades de Pauini e Lábrea. A superfície da TIIP, que totaliza 176.872 ha (cento e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois hectares), e perímetro aproximado de 436.525 metros (quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco metros), caracteriza-se por ser uma terra de ocupação tradicional e permanente indígena. A Resex Médio Purus, constituída em 2008, incide em boa parte da área identificada. A referida superfície mostra-se suficiente para a reprodução física e cultural dos indígenas que a ocupam, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo Grupo Técnico e a anuência da população indígena. Trata-se, portanto, de terras ocupadas em caráter permanente pelo povo Apurinã, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. A conclusão do procedimento de demarcação da TIIP constituirá uma garantia fundamental de sobrevivência aos povos indígenas que ali vivem e a sua manutenção enquanto culturas diferenciadas na região do rio Purus. Tendo em vista que a sobrevivência e a continuidade da população indígena dependem da sustentabilidade do



uso e preservação dos recursos naturais ali existentes, a TIIP contempla os fatores apontados no estudo ambiental como imprescindíveis para que a cultura e as atividades produtivas dos indígenas possam desenvolver-se ao longo dos anos sem ameaças à sua integridade. A terra indígena, como um todo, é imprescindível à preservação ambiental, visto que abrange os principais nichos de recursos utilizados pelos indígenas para promover sua sustentabilidade e possibilita o usufruto exclusivo dos índios sobre esses recursos, que são frequentemente ameaçados pela ação de não-indígenas - o que evidencia a necessidade de gestão ambiental e territorial.

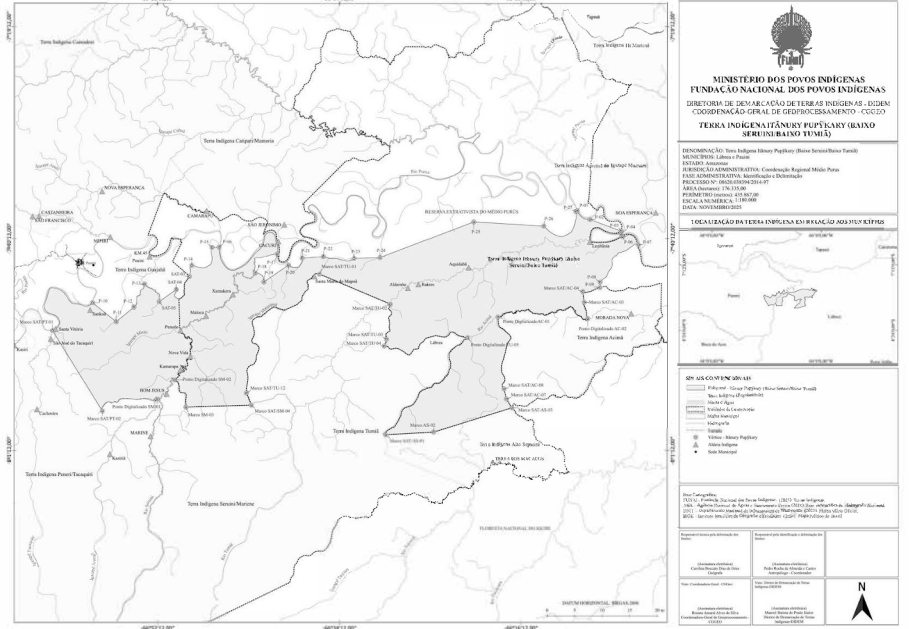
Pedro Rocha de Almeida e Castro - Antropólogo-coordenador do GT Portaria Funai n.º 425, de 20/04/2012 e complementares.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro a partir do Ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude, Longitude) 7°37'28,4950"S e 66°10'41,1679"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus; deste, segue pela margem direita do rio, a jusante, numa distância aproximada de 3.013,57 m. até o Ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 7°38'18.9067"S e 66°09'24,8202"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 7°39'28.6469"S e 66°06'18,9302"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus; deste, segue pelo rio, a jusante, numa distância aproximada de 414,98 m. até o Ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 7°39'41.9933"S e 66°06'21,0200"WGr., localizado na confluência da margem direita do Rio Purus com o limite da Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucui; deste, segue pelo rio Purus, numa distância aproximada de 13.909,80 m., confrontando com a Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucui, até o Ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas 7°40'00.3739"S e 66°06'12.1518"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus e no limite da Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucui; deste, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, numa distância aproximada de 4.293,80 m. até o Ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas 7°40'50,2756"S e 66°04'37,4902"WGr., localizado na foz do Igarapé Boa Vista com o Rio Purus; deste, segue pelo referido Igarapé, a montante, numa distância aproximada de 10.796,09 m. até o Ponto P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 7°44'31.5660"S e 66°08'24,0400"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Boa Vista; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-09, de coordenadas geográficas aproximadas 7°45'03,5443"S e 66°08'25,3334"WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Grande; deste, segue pelo referido Igarapé, a montante, numa distância de aproximada 3.409,58 m., confrontando com os limites da Terra Indígena Acimã, até o Marco SAT/AC-04, de coordenadas geográficas 7°45'27.3200"S e 66°10'07.6"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Grande; deste, segue por uma linha ideal, confrontando com os limites da Terra Indígena Acimã, até o Marco SAT/AC-03, de coordenadas geográficas 7°46'30.9200"S e 66°09'59,1898"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Sepatini; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância aproximada de 3.235,57 m., confrontando com a Terra Indígena Acimã, até o Ponto Digitalizado AC-02, de coordenadas geográficas aproximadas 7°48'07.7400"S e 66°09'38.1100"WGr., localizado na foz do Igarapé Sepatini com o Igarapé Acimã; deste, segue pelo Igarapé Acimã, a montante, numa distância aproximada de 29.050,85 m., confrontando com a Terra Indígena Acimã, até o Ponto Digitalizado AC-01, de coordenadas geográficas aproximadas 7°47'58.4500"S e 66°18'31.4899"WGr., localizado na foz do Igarapé Machadinho ou Anori com o Igarapé Acimã; deste, segue pelo Igarapé Machadinho, a montante, numa distância aproximada de 14.934,32 m., confrontando com o limite da Terra Indígena Acimã, até o Marco SAT/AC-08, de coordenadas geográficas 7°55'05.9100"S e 66°17'55.6998"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Machadinho ou Anori; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Acimã, até o Marco SAT/AC-07, de coordenadas geográficas 7°56'05.7100"S e 66°17'42.0000"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Jaci; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Acimã, até o Marco SAT-AS-03, de coordenadas geográficas 7°56'58,4400"S e 66°17'09.7699"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Furo de Manaus; deste, segue por linha ideal até o Marco AS-02, de coordenadas geográficas aproximadas 7°59'22.7900"S e 66°24'54.5400"WGr.;deste, segue por linha ideal, confrontando com o limite da Terra Indígena Alto Sepatini, até o Marco SAT/AS-01 de coordenadas geográficas 7°59'38.5600"S e 66°29'37.9000"WGr., localizado na confluência dos limites das Terras Indígenas Alto Sepatini e Tumiã e na margem direita do Igarapé Acimã;deste, segue pela margem direita do Igarapé Acimã, a jusante, numa distância aproximada de 25.759,97 m. até o Ponto Digitalizado TU-05, de coordenadas geográficas aproximadas 7°50'1,0291"S e 66°21'32,1692"WGr., localizado na confluência entre o Igarapé Acimã e o Igarapé Grande; deste, segue pelo Igarapé Grande, a montante, numa distância aproximada de 18.034,14 m., confrontando com limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/TU-04, de coordenadas geográficas 7°50'51.7528"S e 66°29'44.7187"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Grande; deste, segue por linha ideal, confrontando com o limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/TU-03, de coordenadas geográficas 7°50'10.4416"S e 66°29'31,2788"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Gafanhoto; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância aproximada de 7.245,85 m., confrontando com o limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/TU-02, de coordenadas geográficas 7°46'42.9060"S e 66°29'08.5891"WGr., localizado na foz do Igarapé Gafanhoto com o Rio Tumiã; deste, segue por linha ideal, confrontando com limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/TU-01, de coordenadas geográficas 7°43'44.3733"S e 66°36'10,1084"WGr., localizado na foz do Igarapé Mataripua e junto ao Lago Mataripua; deste, segue pelo referido Igarapé, a montante, numa distância aproximada de 32.459,13 m., confrontando com o limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/TU-12, de coordenadas geográficas 7°55'30,4142"S e 66°43'24,7674"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Mataripua; deste, segue por linha ideal, confrontando com o limite da Terra Indígena Tumiã, até o Marco SAT/SM-04, de coordenadas geográficas 7°56'42,6160"S e 66°42'55,9674"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Pontãa; deste, segue por linha ideal, confrontando com os limites das Terras Indígenas Tumiã e Seruini/Mariane, até o Marco SM-03, de coordenadas geográficas 7°56'54,4482"S e 66°49'23,8368"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Upalem; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância aproximada de 6.463,99 m., confrontando com o limite da Terra Indígena Seruini/Mariene; até o Ponto Digitalizado SM-02, de coordenadas geográficas aproximadas 7°54'08,3841"S e 66°50'29,3568"WGr., localizado na foz do Igarapé Upalem com o Rio Seruini; deste, segue pelo referido rio, a montante, numa distância aproximada de 9.598,97 m., confrontando com a Terra Indígena Seruini/Mariene, até o Ponto Digitalizado SM01, de coordenadas geográficas aproximadas 7°56'11,3844"Se 66°52'17,1012"WGr., localizado na foz do Igarapé Mixiri com o Rio Seruini; deste, segue pelo Igarapé Mixiri, a montante, numa distância aproximada de 12.726,53 m., confrontando com o limite das Terras Indígenas Seruini/Mariene e Peneri/Tacaquiri, até o Marco SAT/PT02, de coordenadas geográficas 7°57'17.2714"S e 66°57'40.6962"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Majuriã ou Esperança; deste, segue por linha ideal, confrontando com o limite da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri, até o Marco SAT/PT-01, de coordenadas geográficas 7°49'19.1700"S e 67°02'37.1663"WGr., localizado na foz do Igarapé Tacaquiri na margem direita do Rio Purus; deste, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, numa distância aproximada de 19.284,07 m. até o Ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 7°46'33,7606"S e 66°58'38,6278"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 7°48'26,9162"S e 66°56'18,4808"WGr., localizado na confluência do Igarapé Tiburiã com um Igarapé sem denominação; deste, segue por linha ideal até o Ponto P12, de coordenadas geográficas aproximadas 7°47'00.1722"S e 66°54'33.2582"WGr., localizado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância aproximada de 5.085,10 m. até o Ponto P-13, de coordenadas geográficas aproximadas 7°44'42,5957"S e 66°53'28,8550"WGr., localizado na foz do Igarapé sem denominação com o Igarapé Macurinã; deste, segue pelo Igarapé Macurinã, a montante, numa distância aproximada de 4.985,02 m., confrontando com os limites da Terra Indígena Guajahã até o marco SAT-05, de coordenadas geográficas 7°46'27,0722"S e 66°52'3,3442"WGr., localizado na margem direita do Igarapé Macurinã; deste, segue pelo limite da Terra Indígena Guajahã, passando pelos seguintes vértices da terra indígena: MZ-5, de coordenadas geográficas 7°46'25,7932"S e 66°52'1,1324"WGr.; M-10, de coordenadas geográficas 7°46'11,5527"S e 66°51'40,8324"WGr.; M-9, de coordenadas geográficas 7°45'53,9101"S e 66°51'15,6695"WGr.; M-8, de coordenadas geográficas 7°45'35,3175"S e 66°50'49,1565"WGr.; até o vértice MZ-4, de coordenadas geográficas

7°45'18,5469"S e 66°50'25,2255"WGr., daí, segue por linha ideal, até o marco SAT-04, de coordenadas geográficas 7°45'15,5508"S e 66°50'21,1546"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Piquiã; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância de 7.250,27 m., confrontando com os limites da Terra Indígena Guajahã até o marco SAT-03, de coordenadas geográficas 7°43'56,8273"S e 66°49'3,5677"WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Piquiã; deste, segue pelo referido Igarapé, a jusante, numa distância aproximada de 2.457,68 m. até o Ponto P14, de coordenadas geográficas aproximadas7°42'51,3607"Se 66°48'49,4579"WGr., localizado na foz do Igarapé Piquiã com Lago Cassadua; deste, segue contornando o referido lago no sentido leste, numa distância aproximada de 7.024,61m. até o Ponto P-15, de coordenadas geográficas aproximadas 7°41'4,4688"Se 66°46'48,9688"WGr., localizado na margem do Lago Cassadua; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-16, de coordenadas geográficas aproximadas 7°41'3,5807"S e 66°46'6,4985"WGr., localizado na margem direita do Rio Purus; deste, segue pela margem direita do referido Rio, a jusante, numa distância aproximada de 20.187,73 m. até o Ponto P17, de coordenadas geográficas aproximadas 7°41'43,7016"S e 66°40'20,4665"WGr., localizado na foz do Rio Seruini com o Rio Purus; deste, segue pelo Rio Seruini, a montante, numa distância aproximada de 8.546,12 m. até o Ponto P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 7°43'38,4269"S e 66°42'32,3932"WGr., localizado na foz do Igarapé São Marcos no Rio Seruini; deste, segue pelo o Igarapé São Marcos, a montante, numa distância aproximada de 2.676,37 m. até o Ponto P-19, de coordenadas geográficas aproximadas 7°44'30,4191"S e 66°41'40,3991"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé São Marcos; deste, segue por linha ideal até o Ponto P20, de coordenadas geográficas aproximadas 7°42'49,7703"S e 66°39'14,2009"WGr., localizado na margem do Lago Andaraí; deste, segue contornando o referido lago no sentido leste, numa distância aproximada de 3.921,71 m. até o Ponto P-21, de coordenadas geográficas aproximadas 7°42'8,0126"S e 66°37'52,4374"WGr., localizado na margem do Lago Andaraí; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-22, de coordenadas geográficas aproximadas 7°41'59,4423"S e 66°35'47,1199"WGr., localizado na margem do Lago Mataripua; deste, segue contornando o referido lago no sentido leste, numa distância aproximada de 5.861,40 m. até o Ponto P-23, de coordenadas geográficas aproximadas 7°42'09,8359"S e 66°32'44,4862"WGr., localizado na margem do Lago Mataripua; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-24, de coordenadas geográficas aproximadas 7°42'5,1671"S e 66°30'10,3280"WGr., localizado na confluência do Igarapé Macuriã com Igarapé sem denominação; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-25, de coordenadas geográficas aproximadas 7°38'33,2312"S e 66°20'55,7437"WGr., localizado na confluência do Igarapé Afory com Igarapé sem denominação; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-26, de coordenadas geográficas aproximadas 7°38'58,1961"S e 66°13'59,3875"WGr., localizado na foz de um Igarapé sem denominação no Lago Abunini; deste, segue contornando o referido lago, no sentido leste, numa distância aproximada de 9.835,06 m. até o Ponto P-27, de coordenadas geográficas aproximadas 7°37'30,4561"S e 66°10'48,4630"WGr., localizado na margem direita do Lago Abunini; deste, segue por linha ideal até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro.

Observações: 1- Base cartográfica utilizada para elaboração deste memorial descritivo de delimitação: MI - 1228; MI - 1229; MI - 1230; MI - 1307; MI - 1308; MI - 1309 (DSG), todas na escala 1:100.000. 2- As coordenadas geográficas indicadas na descrição dos perímetros estão referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (Decreto n. 5.334, de 6 de janeiro de 2005, da RPR 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005, e da RPR 04/2012, de 18 de abril de 2012.



DESPACHO DECISÓRIO Nº 183/2025/PRES-FUNAI

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.015388/2014-61 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (5117281) de autoria do antropólogo Kaio Domingues Hoffmann, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

APROVAR as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Ygua Porã, de ocupação tradicional do povo indígena Guarani, com superfície aproximada de 1.392 hectares e perímetro aproximado de 21 km localizada nos Municípios de Biguaçu e Tijucas, no Estado de Santa Catarina.

JOENIA WAPICHANA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA YGUA PORÃ

Referência: Processo Funai SEI n. 08620.015388/2014-61. Terra Indígena: Ygua Porã (anteriormente denominada Amâncio). Localização: Municípios de Biguaçu e Tijucas. Estado: Santa Catarina. Superfície aproximada: 1.392 hectares. Perímetro aproximado: 21.166 metros. Povo Indígena: Guarani. Família linguística: tupi-guarani. População: 45 pessoas (GT, 2023). Identificação e delimitação: Grupo Técnico constituído pelas Portarias n. 957/PRES de 20 de julho de 2012; n. 1027/PRES de 20 de agosto de 2012; n. 248/PRES de 12 de março de 2013; n. 141/PRES de 18 de fevereiro de 2014; n. 1.199/PRES de 17 de setembro de 2018; n. 1.475/PRES de 21 de novembro de 2018, coordenado pelo antropólogo Kaio Domingues Hoffmann, indigenista especializado do quadro funcional da Funai.

I-DADOS GERAIS:

Os indígenas que habitam a Terra Indígena Ygua Porã se autodeclaram Guarani perante os não indígenas. A língua guarani, utilizada no cotidiano da aldeia, faz parte da família linguística Tupi-Guarani, que pertence ao tronco Tupi. O território histórico e tradicional guarani, denominado no idioma nativo por yvyrupá (plataforma terrestre), abrange áreas distribuídas no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. No Brasil, as aldeias guarani estão situadas principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. Estima-se que, entre 2012 e 2015, a população guarani no Brasil somava pouco mais de 85.000 pessoas, sendo 20.500 pessoas nas regiões sul e sudeste. Esta distribuição espacial e demográfica é resultado da combinação de fatores sociológicos, ambientais e históricos. A organização social do povo Guarani está assentada na mobilidade de seus grupos por este amplo território, formando redes de relações que conectam aldeias próximas e

